

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2020
PARA REGISTRO DE PREÇOS**

Licitações exclusivas às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006.

Município de Formigueiro- RS

Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Eventos
Secretaria Municipal de Obras e Trânsito

Edital de Pregão nº 26/2020
Tipo de julgamento: menor preço por item
Processo nº 1037/2020.

*Edital de pregão para a contratação
de empresa para o fornecimento de Filtros e
Óleos Lubrificantes*

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGUEIRO- RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas, do dia 27 do mês de agosto do ano de 2020, na sala de reuniões do Setor de Licitações e Contratos, localizada na Avenida João Isidoro nº 222, se reunirão a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados pelas Portarias nº 11.684 de 29 de janeiro de 2019 e 12.245 de 17 de janeiro de 2020, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de *Filtros e Óleos Lubrificantes*, com a entrega parcelada dos bens descritos no item 1, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, e do Decreto Municipal nº 2.119/2016, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993.

A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa, para o fornecimento dos seguintes produtos:

Pregão Nº 26/2020

Processo Licitatório Nº1037/2020

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
LOTE 01					
1	ARLA 20LT (ADITIVO)	Bl	10	72,00	720,00
2	ARLA 32	Un	14	75,00	1.050,00
3	FLUIDO DE FREIO DOT4	Un	20	19,50	390,00
4	GRAXA A BASE DE LITIO NLGI 2 COM BISSULFETO DE MOLIBDÊNIO (GRAFITADA BALDE 20 KG)	Un	5	722,50	3.612,50
5	GRAXA ESPECIAL PARA ROLAMENTO (BALDE DE 20 KG)	Bl	24	455,42	10.930,02
6	GRAXA PARA MANCAL (BALDE DE 20KG)	Bl	10	275,00	2.750,00
7	LUBRIFICANTE 15W40 PARA MOTOR DIESEL, BALDE DE 20 LT	Bl	40	293,67	11.746,67
8	ÓLEO 10W40, BALDE DE 20 LITROS	Un	2	487,50	975,00
9	ÓLEO 2 TEMPOS 200ML, PARA USO NAS ROÇADEIRAS E MOTOSSERAS.	Un	50	8,75	437,50
10	ÓLEO 4 TEMPOS 20W-50-SJ	lt	30	17,33	520,00
11	ÓLEO 80W90 PARA CAIXA DE CÂMBIO (BALDE DE 20L)	Un	5	301,67	1.508,33
12	OLEO HIDRAULICO 5W30 SINTETICO PARA MOTOR FLEX	lt	30	32,50	975,00
13	ÓLEO HIDRAULICO Nº68	lt	200	9,75	1.950,00
14	ÓLEO HIDRAULICO AW46 (BALDE DE 20 LITROS)	Bl	30	296,17	8.885,00

15	OLEO HIDRAULICO AW 46	lt	300	7,88	2.364,60
16	OLEO HIDRAULICO WBK100	lt	200	17,50	3.500,00
17	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 PARA MOTOR DIESEL	lt	600	14,78	8.865,00
18	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30 SINTETICO PARA MOTOR FLEX	lt	20	31,67	633,33
19	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W40 SINTETICO PARA MOTOR FLEX	lt	20	30,67	613,33
20	OLEO LUBRIFICANTE SEMI SINTÉTICO 15W40 PARA MOTOR DIESEL TURBO (BALDE DE 20 LITROS)	Bl	10	298,00	2.980,00
21	ÓLEO PARA CAMBIO E DIFERENCIAL 80W90 (BALDE 20 LITROS)	Bl	10	320,03	3.200,33
22	OLEO PARA CAMBIO E DIFERENCIAL 85 W 140 (BALDE DE 20 LITROS)	Bl	20	336,98	6.739,53
23	OLEO PARA DIREÇÃO HIDRAULICA ATF (BALDE DE 20 LITROS)	Bl	5	306,38	1.531,92
24	OLEO PARA DIREÇÃO OH 50 TA (BALDE COM 20 LITROS)	Un	5	280,00	1.400,00
25	OLEO PARA MOTOR 15 W 40 PARA MOTOR DIESEL, TURBO (BALDE DE 20 LITROS)	Bl	50	298,94	14.946,83
26	ÓLEO PARA SISTEMA HIDRAULICO DE TRATORES JOHN DEERE	lt	600	19,20	11.520,00
27	OLEO PARA TRANSMISSÃO HIDRAULICA 10 W 30 (BALDE DE 20 LITROS)	Bl	20	336,43	6.728,53
28	OLEO PARA TRANSMISSÃO HIDRAULICA 20W30, BALDE DE 20 LITROS)	Un	20	281,32	5.626,30
LOTE 02					
29	FILTRO DA CAIXA DE CÂMBIO PARA TRATOR AGRÍCOLA VALTRA ANO 2015	Un	6	55,00	330,00
30	FILTRO DA DIREÇÃO HIDRAULICA PARA CAÇAMBA AGRALE 13000 ANO 2011	Un	9	18,00	162,00
31	FILTRO DE AR COM DOIS ELEMENTOS - ÔNIBUS VOLKS 15190, ANO 2008.	Pç	6	212,50	1.275,00
32	FILTRO DE AR COM DOIS ELEMENTOS - PARA ÔNIBUS MERCEDES BENZ 1519, ANO 2014	Un	2	209,50	419,00

33	FILTRO DE AR COMPLETO VOLARE 6000	Pç	6	227,50	1.365,00
34	FILTRO DE AR EXTERNO PARA CAÇAMBA AGRALE 13000, ANO 2011	Un	9	170,00	1.530,00
35	FILTRO DE AR EXTERNO PARA TRATOR AGRÍCOLA VALTRA ANO 2015	Un	6	117,00	702,00
36	FILTRO DE AR INTERNO 32/925683 ORIGINAL	Un	12	148,50	1.782,00
37	FILTRO DE AR INTERNO - PARA CAÇAMBA AGRALE 13000, ANO 2011	Un	9	90,00	810,00
38	FILTRO DE AR INTERNO PARA TRATOR AGRÍCOLA VALTRA ANO 2015	Un	6	62,50	375,00
39	FILTRO DE AR PARA CAMINHONETES FIAT STRADA WORKING CE E KANGOO RENAULT	Un	6	29,00	174,00
40	FILTRO DE AR PARA CAMIONETA ZAFIRA 2010, FLEX 2.0.	Un	4	29,00	116,00
41	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO DOS TRATORES JOHN DEERE	Un	9	124,00	1.116,00
42	FILTRO DE COMBUSTÍVEL CAVURTO PARA RETROESCAVADEIRAS JCB 3C E RANDON RD406	Un	6	11,00	66,00
43	FILTRO DE OLEO DIESEL PARA MICRO ONIBUS VOLARE W8, ANO 2006, MOTOR MWM4,12 TCE.	Un	6	90,00	540,00
44	FILTRO DE ÓLEO DIESEL PARA ONIBUS VOLARE MA 12, ANO 2009 MOTOR CUMMINS ISB	Un	6	86,50	519,00
45	FILTRO DE OLEO DIESEL PARA ONIBUS VOLKS 15190, ANO 2011, MOTOR VW15190	Un	6	94,00	564,00
46	FILTRO DE OLEO DIESEL PARA VEICULO IVECO CITY CLASS, ANO 2011, MOTOR IVECO SSP.	Un	6	104,00	624,00
47	FILTRO DE ÓLEO HIDRÁULICO 32/925346 ORIGINAL	Un	12	264,50	3.174,00
48	FILTRO DE ÓLEO HIDRÁULICO DOS TRATORES JOHN DEERE	Un	9	250,00	2.250,00
49	FILTRO DE OLEO PARA CAMIONETA ZAFIRA, COMPATÍVEL PARA MOTOR FLEX 2.0, ANO 2010	Un	4	22,00	88,00
50	FILTRO DE TRANSMISSÃO 581/8063 ORIGINAL	Un	12	234,50	2.814,00

51	FILTRO DIESEL PRIMARIO PARA CAMINHAO VOLARE 6000	Un	6	150,00	900,00
52	FILTRO DO AR COM DOIS ELEMENTOS - MICRO ÔNIBUS VOLARE W8, ANO 2006, MOTOR MWM4, 12TCE.	Pç	6	165,00	990,00
53	FILTRO DO AR COM DOIS ELEMENTOS - ÔNIBUS VOLARE MA12, ANO 2009, MOTOR CUMMINS ISB	Pç	6	213,00	1.278,00
54	FILTRO DO AR COM DOIS ELEMENTOS, PARA ÔNIBUS VOLKS 15190, ANO 2012, MOTOR VW 15190.	Pç	2	193,50	387,00
55	FILTRO DO AR COM DOIS ELEMENTOS - PARA ÔNIBUS VOLKS 15190, ANO 2013, MOTOR MAN	Pç	6	193,50	1.161,00
56	FILTRO DO AR COM DOIS ELEMENTOS, MICRO ONIBUS VOLARE A 5, ANO 2004	Un	5	165,00	825,00
57	FILTRO DO AR COM DOIS ELEMENTOS, MICRO ÔNIBUS VOLARE V6, ANO 2011, MOTOR 4.8 TOE	Pç	6	187,50	1.125,00
58	FILTRO DO AR COM DOIS ELEMENTOS, PARA MICRO ÔNIBUS VOLARE A8, ANO 2002, MOTOR X10	Pç	6	187,50	1.125,00
59	FILTRO DO AR COM DOIS ELEMENTOS, PARA VEÍCULO IVECO CITY CLASS, ANO 2011, MOTOR IVECO SSP	Pç	2	199,50	399,00
60	FILTRO DO AR COMPLETO PARA CAMINHÃO AGRALE 6000D, ANO 2007	Pç	4	187,50	750,00
61	FILTRO DO AR LUBRIFICANTE, CAMINHAO AGRALE 6000D, ANO 2007	Un	4	150,00	600,00
62	FILTRO DO AR PRIMÁRIO DOS TRATORES JOHN DEERE	Un	9	215,00	1.935,00
63	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DOS TRATORES JOHN DEERE	Un	9	142,50	1.282,50
64	FILTRO DO COMBUSTÍVEL PARA CAÇAMBA AGRALE 13000 ANO 2011	Un	9	132,50	1.192,50
65	FILTRO DO COMBUSTÍVEL PARA CEMINHONETES FIAT STRADA WORKING CE E KANGOO RENAULT	Un	6	25,00	150,00
66	FILTRO DO COMBUSTÍVEL PARA TRATOR AGRÍCOLA VALTRA ANO 2015	Un	6	137,50	825,00
67	FILTRO DO DIESEL PARA CAMINHÃO AGRALE 6000D, ANO 2007	Un	4	104,00	416,00

68	FILTRO DO DIESEL SECUNDARIO PARA CAMINHÃO VOLARE 6000	Un	6	104,50	627,00
69	FILTRO DO LUBRIFICANTE DO MOTOR PARA CAÇAMBA AGRALE 13000 ANO 2011	Un	9	60,00	540,00
70	FILTRO DO LUBRIFICANTE DO MOTOR PARA CAMINHONETES FIAT STRADA WORKING CE E KANGOO RENAULT	Un	6	22,00	132,00
71	FILTRO DO LUBRICANTE DO MOTOR PARA TRATOR AGRÍCOLA VALTRA ANO 2015	Un	6	60,50	363,00
72	FILTRO DO OLEO DIESEL PARA MICRO-ONIBUS VOLARE A6, ANO 2014	Un	6	104,50	627,00
73	FILTRO DO OLEO DIESEL PARA MICRO-ONIBUS VOLARE A8 ANO 2012 MOTOR X10	Un	6	104,50	627,00
74	FILTRO DO OLEO DIESEL PARA MICRO-ONIBUS VOLARE V6 ANO 2011 MOTOR 4.8 TOE	Un	6	104,50	627,00
75	FILTRO DO OLEO DIESEL PARA ONIBUS MERCEDEZ BENZ 1519 ANO 2014	Un	6	102,50	615,00
76	FILTRO DO OLEO DIESEL PARA ONIBUS VOLARE MA12, ANO 2009 MOTOR CUMMIS ISB	Un	6	152,50	915,00
77	FILTRO DO OLEO DIESEL PARA ONIBUS VOLKS 15190 ANO 2013 MOTOR MAN	Un	6	152,50	915,00
78	FILTRO DO OLEO DIESEL PARA ONIBUS VOLKS 15190, ANO 2008	Un	18	152,50	2.745,00
79	FILTRO DO OLEO DIESEL PARA ONIBUS VOLKS 15190, ANO 2012, MOTOR VW 15190	Un	6	152,50	915,00
80	FILTRO DO OLEO LUBRIFICANTE PARA CAMINHÃO VOLARE 6000	Un	6	82,50	495,00
81	FILTRO DO SISTEMA HIDRÁULICO PARA TRATOR AGRÍCOLA VALTRA ANO 2015	Un	6	55,00	330,00
82	FILTRO LUBRIFICANTE 320/04133 A ORIGINAL	Un	12	143,50	1.722,00
83	FILTRO LUBRIFICANTE DO MOTOR DOS TRATORES JOHN DEERE	Un	9	116,50	1.048,50
84	FILTRO LUBRIFICANTE PARA ONIBUS VOLARE MA12, ANO 2009, MOTOR CUMINS ISB	Pç	6	96,00	576,00
85	FILTRO LUBRIFICANTE PARA MICRO ONIBUS VOLARE A6 ANO 2011 MOTOR 4.8 TOE	Un	6	87,50	525,00

86	FILTRO LUBRIFICANTE PARA MICRO ONIBUS VOLARE A6, ANO 2004.	Pç	6	87,50	525,00
87	FILTRO LUBRIFICANTE PARA MICRO ONIBUS VOLARE A8 ANO 2002 MOTOR X10	Un	6	87,50	525,00
88	FILTRO LUBRIFICANTE PARA MICRO ONIBUS VOLARE V6, ANO 2011, MOTOR 4.8 TOE.	Un	6	87,50	525,00
89	FILTRO LUBRIFICANTE PARA ONIBUS MERCEDES BENZ 1519, ANO 2014	Pç	6	77,50	465,00
90	FILTRO LUBRIFICANTE PARA ONIBUS VOLARE W8, ANO 2006, MOTOR MWM 4TCE	Un	6	87,50	525,00
91	FILTRO LUBRIFICANTE PARA ONIBUS VOLKS 1519, ANO 2008.	Un	18	102,50	1.845,00
92	FILTRO LUBRIFICANTE PARA ONIBUS VOLKS 15190 ANO 2011M MOTOR VW 15190	Pç	6	102,50	615,00
93	FILTRO LUBRIFICANTE PARA ONIBUS VOLKS 15190, ANO 2013, MOTOR MAN	Pç	6	102,50	615,00
94	FILTRO LUBRIFICANTE PARA VEICULO IVECO CITY CLASS ANO 2011 MOTOR IVECO SSP	Un	6	92,50	555,00
95	FILTRO LUBRIFICANTE PARA VEICULO VOLKS 15190 ANO 2012, MOTO VW 15190	Pç	6	102,50	615,00
96	FILTRO SECUNDARIO DO DIESEL PARA MICRO ONIBUS VOLARE V6, ANO 2004	Un	6	104,50	627,00
97	FILTRO SECUNDARIO DO DIESEL PARA MICRO ONIBUS VOLARE V6, ANO 2011, MOTOR 4.8 TOE	Un	6	104,50	627,00
98	FILTRO SECUNDARIO DO DIESEL PARA ONIBUS VOLKS 8150, ANO 2004, MOTOR X10.	Un	6	104,50	627,00
99	FILTRO SECUNDARIO DO DIESEL PARA MICRO ONIBUS IVECO CITY CLASS, ANO 2011, MOTOR IVECO SSP.	Un	6	106,00	636,00
100	FILTRO SECUNDARIO DO DIESEL, PARA MICRO ONIBUS VOLARE A8, ANO 2002, MOTOR X10	Un	6	104,50	627,00
101	FILTRO SECUNDÁRIO DO DIESEL PARA MICRO ONIBUS VOLARE W8, ANO 2006 MOTOR MWM4, 12 TCE	Un	6	104,50	627,00
102	FILTRO SECUNDARIO DO DIESEL, PARA ONIBUS MERCEDEZ BENZ 1519, ANO 2014	Un	6	112,50	675,00
103	FILTRO SECUNDARIO DO DIESEL, PARA ONIBUS VOLARE	Un	6	129,00	774,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGUEIRO
Secretaria da Fazenda
Licitações e Contratos

	MA12,ANO 2009,MOTOR CUMMINS				
104	FILTRO SECUNDÁRIO DO DIESEL PARA ONIBUS VOLKS 15190, ANO 2008	Un	18	129,00	2.322,00
105	FILTRO SECUNDARIO DO DIESEL, PARA ONIBUS VOLKS 15190,ANO 2011,MOTORVW 15190.	Un	6	129,00	774,00
106	FILTRO SECUNDARIO DO DIESEL, PARA ONIBUS VOLKS 15190,ANO 2012,MOTOR VW 15190	Un	6	129,00	774,00
107	FILTRO SECUNDARIO DO DIESEL, PARA ONIBUS VOLKS 15191,ANO 2013,MOTOR MAN	Un	6	129,00	774,00
108	FILTRO SEDIMENTADOR DE COMBUSTÍVEL 32/929515 ORIGINAL	Un	12	142,50	1.710,00
109	JOGO DE FILTRO DE AR 32/925682 ORIGINAL	Un	12	509,50	6.114,00
110	PRÉ FILTRO DO COMBUSTÍVEL, P/ CAÇAMBA AGRALE 13000, ANO 2011	Un	9	116,00	1.044,00
111	PRÉ FILTRO DO COMBUSTÍVEL PARA TRATOR AGRÍCOLA VALTRA ANO 2015	Un	6	114,00	684,00
112	PRÉ FILTRO DO COMBUSTÍVEL DOS TRATORES JOHN DEERE	Un	9	255,00	2.295,00
LOTE 03					
113	ADESIVO 3M 200ML	Un	10	15,00	150,00
114	ADESIVO SILICONE ACÉTICO ALTA TEMPERATURA COR VERMELHA	Un	20	26,00	520,00
115	ESTOPA PARA LIMPEZA, SACO 20 KG	Un	6	186,00	1.116,00
116	LOCTITE VEDA CAPA	Un	6	45,00	270,00
117	LOCTITE VEDA ROSCA	Un	5	45,00	225,00
118	QUEROSENE	lt	500	14,50	7.250,00
119	SPRAY DESINGRIPANTE	Un	40	26,67	1.066,67
120	VEDA ESCAPE	Un	6	32,00	192,00

Valor total estimado: R\$ 206.894,13 (duzentos e seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais e treze centavos).

1.2 - A entrega dos materiais deverá ser feita no (s) seguinte (s) endereço (s), em horário de expediente da Administração, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

Secretaria da Educação, Cultura, Desportos e Eventos: Rua Roberto Ziebell, n.º52;

Secretaria Municipal de Obras e Trânsito: Avenida João Isidoro, n.º 634 (Fundos da Sec. Saúde);

Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente: Rua Carlos Darcy Lorentz, n.º 181

Observação: Ambos os endereços citados acima possuem o CEP 97.210-000 e são localizados no Bairro Centro.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar da presente licitação pessoas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e que apresentarem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.

2.2. Como condição para a participação neste certame, a licitante deverá apresentar, fora dos envelopes de habilitação e propostas, no momento do credenciamento:

a) declaração firmada por seu representante, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006; e

b) declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

2.3. Se a licitante não apresentar as declarações escritas, previstas no item 2.2, seu Representante poderá fazê-las, de próprio punho, no momento do credenciamento.

2.4. Se a licitante encaminhar sua proposta, e não se fizer representar no momento do credenciamento, deverá encaminhar as declarações exigidas no item 2.2 deste edital fora dos envelopes de habilitação e de propostas.

2.5. Não apresentadas as declarações, a licitante será impedida de participar da licitação.

2.6. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no nos itens 2.1 a 2.4 e no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE FORMIGUEIRO- RS
EDITAL DE PREGÃO Nº 26/2020
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE FORMIGUEIRO- RS
EDITAL DE PREGÃO Nº 26/2020**

**ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

3.0. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

3.3.1. Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

3.3.2. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas aptas a participar do certame, que comprovarem, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

3.5. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº s 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5. DA PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta dias) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do produto ofertado, marca, modelo, referências e demais dados técnicos;

c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

d) Nome do Representante Legal, CPF n.º, RG n.º, Endereço e Telefone n.º, conforme modelo Anexo III.

5.2. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão

fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.7. Serão aceitas somente duas casas decimais após a virgula

6.8. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.9. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.10. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.13. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.14. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos

requisitos do item 5;

b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

6.14.1. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.15. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.16. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.17. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações e Contratos deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

6.18. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02;

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1 Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

7.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede da licitante;

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.1.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

7.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

7.2.1. Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3 A licitante que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2 Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3 O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea a, deste edital.

7.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5

(cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS E DA GARANTIA:

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 03 (três) dias, convocará a vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3 O prazo de entrega dos materiais será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da ordem de fornecimento.

10.4 O termo inicial da Ata de Registro de Preços será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 12 (doze) meses.

10.5 A minuta do contrato, fará parte integrante deste edital, mas a mesma só será contratado, em caso de suplementação de até 25%, conforme prevê a Lei Federal 8.666/93.

11. DO RECEBIMENTO:

11.1. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

11.2. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

11.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

12. DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado contra empenho, até o 5º dia útil, após a liquidação da nota fiscal, por intermédio da tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na Dotação Financeira e Recurso Financeiro.

Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: Departamento de Patrulha Agrícola
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Eventos

Unidade: SMECDE – MDE
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: SMECDE – Demais Recursos
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: SMECDE – Cultura, Desportos e Eventos
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras e Trânsito

Unidade: Secretaria de Obras
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: DMER
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: DSU
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

12.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

12.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 05 dias, após a entrega dos produtos.

12.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

12.3. O pagamento será efetuado através de transferência bancária, para a Agência e número de Conta Corrente, citada na Proposta da participante, devendo ser preferencialmente no Banco do Brasil ou Banrisul.

13. DAS PENALIDADES:

13.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação.*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

c) deixar de manter a proposta ou lance (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

d) executar a Ata de Registro de Preços com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência*;

e) executar a Ata de Registro de Preços com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5 % sobre o valor atualizado do contrato*;

f) inexecução parcial da Ata de Registro de Preços: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato*;

g) inexecução total da Ata de Registro de Preços: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato*;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor da Ata de Registro de Preços*.

13.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Formigueiro, setor de Licitações, sito na Avenida João Isidoro, nº 222, ou pelos telefones 55 3236 1200 ou no e-mail licitacao@formigueiro.rs.gov.br, no horário compreendido entre 08:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 hs, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

14.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente prego encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Licitações.

14.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

14.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

14.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

14.6. As cópias extraídas da internet dos documentos referidos no item 7 serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

14.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

14.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

14.10. Fica eleito o Foro da Comarca de São Sepé para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da Ata de Registro de Preços dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

15- DOS ANEXOS:

15.1. ANEXO I- Ata de Registro de Preços

15.2. ANEXO II- Modelo de declaração de idoneidade e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

15.3. ANEXO III- Modelo da Proposta ;

15.4. ANEXO IV- Minuta do Contrato

Jocelvio Gonçalves Cardoso

Formigueiro- RS, 12 de agosto de 2020.

ANEXO I
ATA N.º 1037/2020
REGISTRO DE PREÇOS

AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2020 – Registro de Preços
PROCESSO N.º 1037/2020

Aos dias do mês de..... do ano de dois mil e vinte, na sede da Administração Central, o **Município de Formigueiro**, inscrito no CNPJ sob o n.º 97.228.126/0001-50, neste ato representado pelo senhor - Prefeito Municipal - doravante denominado **CONTRATANTE**, nos termos do Art. 15 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, e legislação complementar, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL n.º 26/2020, Processo LC n.º 1037/2020, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS**, por deliberação do Pregoeiro e Equipe de Apoio e decisão do senhor Prefeito Municipal que homologou o presente Processo em de de 2020, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das Empresas, em primeiros lugar(es) por item, observadas as condições do Edital que rege o presente Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, a contratação para o fornecimento de óleos lubrificantes e filtros.

Item	Descrição do bem	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ARLA (BALDE DE 20 LITROS)	Un	10			

EMPRESA – CNPJ N.º – Representante legal – Sede na, n.º, conj. – ESTADO – UF – Representação Rua....., – CIDADE-ESTADO.

I- O cumprimento do fornecimento do objeto desta Ata deverá ser de acordo com as condições e características contidas no processo licitatório - Pregão n.º 26/2020, com as propostas formuladas pelas empresas, Leis Federais n.ºs. 10.520/02 e 8.666/93, Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014 e demais normas pertinentes e com as cláusulas desta ata.

II- Após assinar esta Ata, a licitante classificada em primeiro lugar, bem como aquela que vier a substituí-la, deverá manter todas as condições de habilitação e propostas durante o período de vigência deste documento, apresentando ao setor competente as certidões que vencerem no decurso do prazo de vigência deste certame.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I- Os preços registrados neste processo terão validade pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PREÇO

I- Os preços para o fornecimento de ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS será o constante da cláusula primeira, entendidos como justos e suficientes para a total execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA– DO GERENCIAMENTO DA ATA

I- O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Licitações e Contratos, nos termos do Art. 2º do Decreto Municipal n.º 3528, de 01 de agosto de 2013.

CLAUSULA QUINTA– DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I– A partir da assinatura desta ata de registro de preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas e das regras constante do Edital, ao qual este instrumento se vincula.

II– A existência da ata de registro de preços não obriga a Administração a firmar contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de outras licitações para aquisição do objeto licitado, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

III– O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Ordem de compra ou da Nota de Empenho.

IV– O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste registro de preços, desde que não ultrapassem a estimativa de consumo anual estabelecida na proposta financeira.

V– Durante a vigência deste registro, os preços dos materiais registrados poderão sofrer reequilíbrio, que se dará através da redução ou suplementação em relação aqueles inicialmente contratados observadas as condições previstas nas normas que regulamentam o procedimento licitatório, em especial o Decreto Municipal n.º 3.195/2012 e o instrumento convocatório.

VI– O cancelamento do registro dos preços poderá acontecer por iniciativa da Administração ou do fornecedor, observadas as normas constantes do Art. 19 do Decreto n.º 3.195/2012.

CLÁUSULA SEXTA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

I- Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas com a aquisição dos materiais da presente licitação, serão os seguintes:

Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: Departamento de Patrulha Agrícola

Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Eventos

Unidade: SMECDE – MDE

Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: SMECDE – Demais Recursos

Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: SMECDE – Cultura, Desportos e Eventos

Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras e Trânsito

Unidade: Secretaria de Obras

Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: DMER

Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: DSU

Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA SÉTIMA– DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

- I- As entregas dos materiais serão realizada junto à unidade da sede do órgão solicitante.
- II- O prazo para entrega dos materiais será de 05 (cinco) dias a contar da emissão do Pedido de Empenho ou Nota de Empenho.
- III– Todas as despesas sejam de frete, carga, descarga e segurança dos materiais, serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora desta licitação.
- IV- Verificada a desconformidade de algum dos materiais, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
- V- O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.
- VI- A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.
- VII- A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- VIII- O pagamento será efetuado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da liquidação da Nota do Empenho.
- IX- Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 1% ao mês, *pro rata*.
- X- O pagamento será efetuado através de transferência bancária, para o Banco....., Agência e número Conta Corrente, citada na Proposta da participante, devendo ser preferencialmente no Banco do Brasil ou Banrisul.

CLÁUSULA OITAVA– DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- I– Em princípio os preços contratados não sofrerão reajuste, em conformidade com o § 1º do art. 2º da Lei Federal n.º 10.192, de 14/02/2001.
- II– Fica ressalvada a possibilidade da concessão do reequilíbrio econômico-financeiro com base no inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 em face de fatos supervenientes após o início da vigência do registro dos preços em vista às condições de mercado aplicáveis à espécie. Para tanto, o fornecedor deverá formalizar e encaminhar à Administração Municipal/Setor de Licitações e Contratos, pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente fundamentado e justificado, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, através de cópias de Nota Fiscal de aquisições anteriores e Nota Fiscal com preço atual.
- III– Após a análise da documentação para a concessão do reequilíbrio, a Administração deverá observar os demais preços do mercado e se for o caso, convocar o classificado em 2º lugar para abrir negociação com relação aos novos preços solicitados pelo 1º colocado, quando esse poderá perder sua posição.
- IV– Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior aqueles praticados no mercado, seja embasada em pesquisa de mercado ou no surgimento de quaisquer alterações conjunturais que tenham provocado redução dos preços do mercado atacadista, independentemente de solicitação da detentora da ata de registro de preços, a Administração, ou a quem ela delegar, poderá a qualquer tempo, rever e reduzir os preços registrados, (Artigos 16, 17 e 18 do Decreto n.º 3.195/12).

CLÁUSULA NONA– DO LOCAL PARA ENTREGA

- 1.2 - A entrega dos materiais deverá ser feita no (s) seguinte (s) endereço (s), em horário de expediente da:
- Secretaria da Educação, Cultura, Desportos e Eventos: Rua Roberto Ziebell, n.º52;
- Secretaria Municipal de Obras e Trânsito: Avenida João Isidoro, n.º 634 (Fundos da Sec. Saúde);
- Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente: Rua Carlos Darcy Lorentz, n.º 181;

Observação: Ambos os endereços citados acima possuem o CEP 97.210-000 e são localizados no Bairro Centro.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DA ATA

- I- A empresa garante que o objeto será executado no prazo, na qualidade e nas quantidades solicitadas nas respectivas Ordens de Compras/Notas de Empenhos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA INEXECUÇÃO DA ATA

I- A Empresa reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS PENALIDADES

12.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação.*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

c) deixar de manter a proposta ou lance (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

d) executar a Ata de Registro de Preços com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) executar a Ata de Registro de Preços com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5 % sobre o valor atualizado do contrato;*

f) inexecução parcial da Ata de Registro de Preços: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

g) inexecução total da Ata de Registro de Preços: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor da Ata de Registro de Preços.*

12.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

12.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO VÍNCULO

I-Durante o prazo de validade do Registro de Preços, todos os atos praticados pelas partes, deverão manter estrita observância ao Edital N° 26/2020 e às normas que lhe deram embasamento legal.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

I- Para dirimir quaisquer dúvidas porventura decorrentes da interpretação desta ata, fica eleito o foro da comarca de São Sepé, com recusa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Firmam as partes este instrumento em três vias de igual teor, forma e efeito.

Formigueiro, de de 2020

Jocelvio Gonçalves Cardoso
Prefeito Municipal

Empresa:

CNPJ: _____

Anexo II

- Modelo de declaração de idoneidade e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

DECLARAÇÃO

Referente ao Pregão Presencial nº __/__:

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA:**

a) que sua empresa não foi considerada **inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 2º do artigo 32 da referida lei. Declaro também, que comunicarei qualquer fato superveniente à entrega dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências do procedimento licitatório em epígrafe;

b) o cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

(Data)

Licitante

Anexo III

MODELO DE PROPOSTA

Razão Social da Empresa:
CNPJ da Empresa:
Endereço:
Telefone n.º:
Endereço eletrônico:
Agência Bancária;
N.º da Conta Corrente:

Nome do Representante Legal:
CPF n.º:
RG n.º:
Endereço:
Telefone n.º:

Pregão Nº 26/2020

Processo Licitatório Nº 1037/2020

Item	Descrição do bem	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ARLA (BALDE DE 20 LITROS)	Un	10			

Validade da Proposta 60 dias.

Declaro aceitar todas as condições impostas pelo edital:

Carimbo da Empresa
Assinatura do Representante

ANEXO IV

Minuta de Contrato

Vinculado ao Pregão Presencial nº 26/2020
Processo nº 1037/2020

Contrato celebrado entre o município de Formigueiro, CNPJ n.º 97.228.126/0001-50, neste ato representado pelo Senhor **Jocelvio Gonçalves Cardoso**, Prefeito Municipal do município de Formigueiro, doravante denominada Contratante e, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º, com sede à Rua/Avenida....., n.º, bairro, CEP cidade de, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e acordam o presente instrumento de Contrato de Aquisição de óleos e filtros lubrificantes, que será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, bem como com o que dispõe a Lei n.º 8.666/93, com suas devidas alterações e supletivamente, com as normas legais de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

I- Constitui objeto da presente licitação a contratação para o fornecimento dos seguintes produtos:

Item	Descrição do objeto	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)

CLÁUSULA SEGUNDA– DO PREÇO:

I- O preço para fornecimento dos materiais descritos na Cláusula Primeira, será de R\$ _____ (_____), entendidos como justos e suficientes para a total execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO PAGAMENTO:

I- O pagamento será efetuado contra empenho, até o 5º (quinto) dia útil, após a liquidação da nota fiscal, por intermédio da tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo nas despesas das seguintes Dotações financeiras:

Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: Departamento de Patrulha Agrícola
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Eventos

Unidade: SMECDE – MDE
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: SMECDE – Demais Recursos
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: SMECDE – Cultura, Desportos e Eventos
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras e Trânsito

Unidade: Secretaria de Obras
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: DMER
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Unidade: DSU
Natureza: 3.3.90.30 – Material de Consumo

II- A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão Presencial e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

III- Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

IV- O pagamento será efetuado através de transferência bancária, para a Agência e número de Conta Corrente, citada na Proposta da participante, devendo ser preferencialmente no Banco do Brasil ou Banrisul.

CLÁUSULA QUARTA- DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS:

I– Para o presente contrato, não haverá reajustes nos valores ofertados.

CLÁUSULA QUINTA– DA ENTREGA

I- O fornecimento do objeto adjudicado será realizado de forma parcelada, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no edital e deverão ser fornecidos na medida da (s) necessidade (s) do (s) respectivo (s) setor (es), para o período que corresponde 12 (doze) meses.

II- As entregas dos materiais serão realizadas junto a unidade da sede dos órgãos solicitantes nos endereços informados abaixo e no horário de expediente da Administração Municipal, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

III- Tabela de endereços:

- Secretaria da Educação, Cultura, Desportos e Eventos: Rua Roberto Ziebell, n.º52;
- Secretaria Municipal Obras e Trânsito: Avenida João Isidoro, n.º 634 (Fundos da Sec. Saúde);
- Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente: Rua Carlos Darcy Lorentz, n.º 181;

IV- O prazo para entrega é de até 05 (cinco) dias úteis após a emissão do Pedido de Empenho ou Nota de Empenho, observadas as seguintes alternativas:

V-- Todas as despesas sejam de frete, carga, descarga e segurança dos materiais, serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora desta licitação.

VI- Verificada a desconformidade de algum dos materiais, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

VII- O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

VIII- A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

IX- A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

X- O pagamento será efetuado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da liquidação da Nota do Empenho.

IX- Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 1% ao mês, *pro rata*.

X- O pagamento será efetuado através de transferência bancária, para o Banco....., Agência e número Conta Corrente, citada na Proposta da participante, devendo ser preferencialmente no Banco do Brasil ou Banrisul.

CLÁUSULA SEXTA- DA GARANTIA:

I- A empresa garante que o objeto será executado no prazo, na qualidade e nas quantidades solicitadas nas respectivas Ordens de Compras/Notas de Empenhos.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS PENALIDADES

I- Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante da Concorrência ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação.

b) manter comportamento inadequado durante o certame: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta ou lance (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5 % sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor do contrato.

II- As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

III- Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA- DA RESCISÃO:

I- É facultado ao Município o direito de rescindir o presente Contrato sem qualquer Notificação Judicial ou Extra Judicial, caso sobrevierem no curso de sua execução, quaisquer das hipóteses elencadas nos incisos I a VII e XVII do art. 78, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA- DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO:

I-A Empresa reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA- DO VINCULO:

I- Durante o prazo de validade do Contrato, todos os atos praticados pelas partes, deverão manter estrita observância ao Pregão Presencial nº 26/2020 e às normas que lhe deram embasamento legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

I- O Contrato remanescente deste processo licitatório terá vigência de _____ a contar da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA FISCALIZAÇÃO:

I- Ficará responsável pela fiscalização deste contrato, os (a) servidores (a) designados (a) pelos (a) respectivos Secretários Municipais da Secretarias solicitantes, e nomeados (a) através portarias emitidas pelo Exceletíssimo Senhor Prefeito Municipal, sendo estes responsáveis pela aceitação dos serviços prestados, devendo declarar no verso da Nota Fiscal ou em documento em separado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO:

I- Fica eleito o Foro da Comarca de São Sepé para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir sobre a interpretação deste Termo, rejeitando-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

II- E, por estarem ajustadas e de pleno acordo com o exposto neste instrumento, as partes o assinam este termo em três vias de igual teor, forma e efeito, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Formigueiro, xxx de xxxxxx de 2020.

Jocelvio Gonçalves Cardoso

Prefeito Municipal – Contratante

Empresa Contratada

CNPJ n.º - Contratada

Testemunhas:

CPF nº

CPF nº